



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

05/12/07

Celeste Correia

PERGUNTA Nº 277/X/3.^a

Exmo. Senhor.

Presidente da Assembleia da República

Assunto: Segurança junto às linhas de alta e muito alta tensão.

Apresentado pelos Deputados: Alberto Antunes, Vítor Ramalho.

Recentemente têm vindo a ser noticiadas dúvidas e informações contraditórias quanto à garantia de segurança junto às linhas de alta (entre fases cujo valor eficaz é superior a 45 KV e igual ou inferior a 110 KV).

Para além da consagração constitucional de direitos fundamentais, no exercício da actividade de transporte de energia eléctrica, a lei, através do decreto-lei n.º 29/2006 de 15 de Fevereiro, impõe aos operadores a obrigação de adopção das providências adequadas à minimização dos impactes ambientais.

Todavia está criada na sociedade portuguesa alguma preocupação, algum sentimento de dúvida quanto a esta questão que, aliás a comunicação social tem vindo a dar eco nas últimas semanas.

Para abastecimento do concelho de Almada e zonas limítrofes está prevista e em construção uma subestação na Trafaria a ser abastecida por linha de alta tensão a partir de Fernão Ferro.

MOD 01

À	
Para preparar o expediente	
66.D.L. 2007	são

As populações locais têm vindo a levantar protestos relativos à instalação da rede em causa.

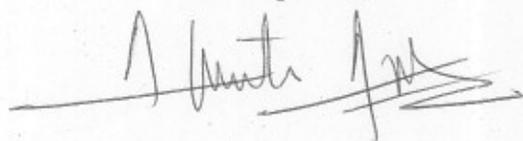
Desta forma, nos termos regimentais e constitucionais em aplicáveis, venho pelo presente requerer ao Governo:

- Que através do Ministério da Saúde, informe da existência ou da realização de estudos conclusivos sobre esta questão, nomeadamente quanto aos efeitos que a proximidade de linhas de alta e muito alta tensão podem ter na saúde humana e no meio ambiente.

- Que através do Ministério da Economia e Inovação, informe sobre qual o nível de exigências nos licenciamentos das linhas de alta e muito alta tensão em Portugal e nos restantes países da União Europeia. Mais, solicitam os signatários se, no processo de licenciamento, foram consultados os municípios quando e por que foram informados desta pretensão da REN.

Palácio de S. Bento, 5, Dezembro de 2007

Os Deputados



Vitor R. Mendes